



Nota técnica 03/2018-CRS - Concurso n. 1217 – Concurso Público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), para o ano de 2018

Visando melhor compreensão das questões recorridas pelos candidatos do Concurso Público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), para o ano de 2018, **Editai DRH/CRS Nº 12/2017, de 04 de outubro de 2017**, apresentamos o embasamento legal para as questões das provas, conforme quadro abaixo:

Concurso Público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), 2018.		
QUESTÃO	PARECER DA COMISSÃO	JUSTIFICATIVA EMBASAMENTO LEGAL
<p>PROVA A / 40ª QUESTÃO - PROVA B / 25ª QUESTÃO - PROVA C / 10ª QUESTÃO</p> <p>De acordo com a Lei n. 8.072/90, que dispõe sobre os crimes hediondos, marque a alternativa CORRETA:</p> <p>A. () São hediondos os crimes de homicídio doloso quando praticado em autoridade típica de grupo de extermínio, de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e de lesão corporal seguida de morte, previstos no Código Penal, quando praticados contra sobrinho de policial militar, em razão dessa condição.</p> <p>B. () Constitui crime hediondo a corrupção, adulteração, falsificação ou alteração de substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nocivo à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo.</p> <p>C. () A pena por crime hediondo ou equiparado será cumprida inicialmente em regime fechado e a progressão de regime, dar-se-á após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena.</p> <p>D. () Os crimes de roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, previstos no Código Penal, são considerados hediondos, somente se ocorrer o resultado morte.</p>	<p>ANULADA</p>	<p>Os recorrentes afirmam que a questão não possui alternativa a ser marcada, considerando que a alternativa “A” apontada como correta também apresenta erro.</p> <p>O inciso I, do art. 1º da Lei nº 8072, dispõe que será considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em <u>atividade</u> típica de grupo de extermínio [...], contudo a alternativa considerada como correta afirma que será hediondo, o homicídio praticado em <u>autoridade</u> típica de grupo de extermínio, o que a torna incorreta.</p> <p>Assim, a questão apresenta todas as assertivas incorretas e pede que seja marcada a correta.</p> <p>Desta forma, os recursos ora analisados devem prosperar com a consequente anulação da questão.</p>

		<p>Nos termos do item 6.7.2 do edital, <u>havendo anulação</u> pela administração de questão da prova, <u>os pontos a ela atribuídos serão revertidos para todos os candidatos, sendo, portanto, computados apenas aos candidatos que tenham errado a referida questão.</u></p>
<p>PROVA A / 26º QUESTÃO - PROVA B / 31ª QUESTÃO - PROVA C / 36ª QUESTÃO</p> <p>A audiência de custódia, estabelecida pela Resolução n. 213-CNJ/2015, tem como objetivos, dentre outros, permitir a “apreciação mais adequada e apropriada da prisão que se impôs, considerando a presença física do autuado em flagrante, a garantia do contraditório e a prévia entrevista pelo juiz da pessoa presa (...)” e o conhecimento de “possíveis casos de tortura”, prevenindo, com isso, “o ciclo da violência e da criminalidade, quando possibilita ao juiz analisar se está diante da prisão de um criminoso ocasional ou daqueles envolvidos com facções penitenciárias”, conforme expresso na página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (acesso em 15 de novembro de 2017). Com base na norma mencionada, marque a alternativa CORRETA:</p> <p>A. () A comunicação da prisão em flagrante à autoridade judicial por meio do encaminhamento do auto de prisão em flagrante supre a apresentação pessoal da pessoa presa em flagrante delito à autoridade judicial competente.</p> <p>B. () Estando a pessoa presa em flagrante acometida de grave enfermidade, ou havendo circunstância comprovadamente excepcional que a impossibilite de ser apresentada ao juiz no prazo de 24 horas da comunicação do flagrante, deverá ser assegurada a realização da audiência no local em que ela se encontra, nos casos em que o deslocamento se mostre viável.</p> <p>C. () Durante a audiência de custódia, a autoridade judicial competente deve aproveitar a oportunidade para formular perguntas com a finalidade de produzir provas para a investigação ou ação penal relativas aos fatos objeto do auto de prisão em flagrante.</p> <p>D. () A audiência de custódia não é cabível para os casos de prisão de pessoas em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva, sendo media prevista apenas para os casos de prisão em flagrante.</p>	<p>ANULADA</p>	<p>Os recorrentes solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que a alternativa de resposta “B” da questão 31 da prova “B”, apontada no gabarito oficial como correta, encontra-se incorreta em razão de afirmar justamente o contrário do previsto na Resolução 213-CNJ/2015 (Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas). Neste sentido, argumenta que a norma do CNJ prevê que a pessoa será ouvida onde se encontre <u>se o deslocamento for viável</u> (pois sendo inviável será ouvida depois de restabelecida sua condição de saúde), conquanto a assertiva contida na alternativa de resposta “B” atribui essa mesma medida ao <u>deslocamento inviável</u>, isto é, contrariando o previsto na Resolução do CNJ, encontrando-se, por conseguinte, incorreta a assertiva.</p> <p>Note-se que a normatização, nos casos em que o preso encontra-se acometido de grave enfermidade ou houve circunstância comprovadamente excepcional que impeça a apresentação no prazo de 24 horas à autoridade judicial, não impõe obrigação de deslocamento, determinando a realização da audiência no local onde o preso se encontra.</p> <p>A inserção da circunstância “nos casos em que o deslocamento se mostre viável” na alternativa “B”, como demonstrado alhures, contrariou a previsão normativa e, por conseguinte, invalidou a assertiva, eivando-a de incorreção.</p>

		<p>Destarte, como o enunciado solicita a alternativa CORRETA, inexistente resposta, devendo a questão ser ANULADA.</p> <p>Nos termos do item 6.7.2 do edital, <u>havendo anulação</u> pela administração de questão da prova, <u>os pontos a ela atribuídos serão revertidos para todos os candidatos, sendo, portanto, computados apenas aos candidatos que tenham errado a referida questão.</u></p>
<p>PROVA A / 27ª QUESTÃO - PROVA B / 32ª QUESTÃO - PROVA C / 37ª QUESTÃO</p> <p>Considerando o que dispõe o Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei n. 3.689/41, sobre a ação penal, analise as assertivas abaixo:</p> <p>I. Nos crimes de ação pública condicionada à representação da vítima, o inquérito policial será dispensado pelo Ministério Público, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.</p> <p>II. Nos crimes de ação pública, não é admitido o início de processo por queixa do ofendido.</p> <p>III. A retratação do ofendido nos crimes de ação pública condicionada à representação pode ser feita antes do oferecimento da denúncia do Ministério Público, a partir da qual a representação se torna irretroatável.</p> <p>IV. A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o Auto de Prisão em Flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.</p> <p>Estão CORRETAS as assertivas:</p> <p>A. () I e IV, apenas.</p> <p>B. () II e III, apenas.</p> <p>C. () I, III e IV, apenas.</p> <p>D. () Todas as assertivas estão corretas.</p>	<p>ANULADA</p>	<p>Os recorrentes solicitam anulação da questão alegando, em síntese, que a assertiva IV está incorreta, pois apesar de ser cópia fiel do art. 26 do Código de Processo Penal, tal dispositivo não teria sido recepcionado pela Constituição Federal.</p> <p>Razão assiste aos recorrentes, pois, nos termos do art. 129, inciso I, da Constituição Federal, a ação penal pública é privativa do Ministério Público.</p> <p>Desta forma, os recursos ora analisados devem prosperar com a consequente anulação da questão.</p> <p>Nos termos do item 6.7.2 do edital, <u>havendo anulação</u> pela administração de questão da prova, <u>os pontos a ela atribuídos serão revertidos para todos os candidatos, sendo, portanto, computados apenas aos candidatos que tenham errado a referida questão.</u></p>

PROVA B / 11ª QUESTÃO - PROVA C / 16ª QUESTÃO

“Os poderes administrativos são os meios ou instrumentos jurídicos através dos quais a Administração Pública (as entidades administrativas, os órgãos e os agentes públicos) exerce a atividade administrativa na gestão dos interesses coletivos.”

Sobre os poderes administrativos analise os itens a seguir e ao final marque a alternativa **CORRETA**:

I. Embora o vocábulo “poder” dê a impressão de que se trata de faculdade da Administração, na realidade trata-se de poder-dever.

II. O desvio de poder ou o excesso do poder são formas de abuso de poder.

III. O poder de polícia pode apresentar um sentido negativo, na medida em que o Poder Público, de regra, não pretende uma atuação do particular. Nesse caso, a administração pública pretende, sim, uma abstenção do particular.

IV. O Poder disciplinar como sendo uma espécie de poder administrativo, é aquele que confere à Administração Pública a capacidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da

Administração.

V. O Poder regulamentar é privativo do poder legislativo.

A. () Há apenas dois itens corretos.

B. () Há apenas um item incorreto.

C. () Todos os itens são corretos.

D. () Há apenas três itens corretos.

**RECURSO
INDEFERIDO**

Os recorrentes afirmam que somente o item V da questão está incorreto, sendo que todos os demais estão corretos.

Nota-se que a recorrentes alegam, com razão, que os itens I a III estão corretos, portanto, não necessita de verificação, e que o item V está incorreto, portanto, a dúvida da recorrente recai sobre o item IV, o qual afirma estar correto.

O item IV, segundo o autor citado pelo recorrente, Alexandre Mazza, no livro Manual de Direito Administrativo, corresponde ao poder hierárquico e não ao poder disciplinar, portanto, assertiva errada.

“Poder hierárquico, no magistério de Hely Lopes Meirelles, “é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal”.

Segundo a autora Licínia Rossi, em seu livro Direito Administrativo, página 102, descreve que segundo Hely Lopes Meirelles, o poder hierárquico tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.

Portanto, o conceito emanado no item IV da questão retrata o poder hierárquico e não poder disciplinar, então item considerado incorreto.

PROVA B - 12ª QUESTÃO

“No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”. A afirmativa se refere ao conceito de:

- A. () Ocupação temporária.
- B. () Desapropriação.
- C. () Requisição.**
- D. () Tombamento.

**RECURSO
INDEFERIDO**

A recorrente alega que segundo a autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro “a requisição, quando recai sobre imóvel, confunde-se com a ocupação temporária, porém são conceitos distintos.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, no livro Curso de Direito Administrativo, 27 Ed., página 906, no traz que: “Requisição é o ato pelo qual o Estado, em proveito de um interesse público, constitui alguém, de modo unilateral e auto executório, na obrigação de prestar-lhe um serviço ou ceder-lhe transitoriamente o uso de uma coisa in natura, obrigando-se a indenizar os prejuízos que tal medida efetivamente acarretar ao obrigado. A requisição funda-se no art. 5º, XXV, do Texto Constitucional brasileiro.

Ainda, segundo, Alexandre Mazza, que nos traz no item 13.13, página 779, no Livro Manual de Direito Administrativo, 4 Ed: “REQUISICÃO Estabelece o art. 5º, XXV, da Constituição Federal: “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”. A referida norma é o fundamento constitucional do instituto da requisição, uma importante forma de intervenção estatal na propriedade privada [...].

Este mesmo autor em quadro sinóptico estabelece que no caso da Ocupação temporária, em regra não se é indenizado, salvo se for vinculada à desapropriação, portanto, diferente da requisição, além disso, enquanto a requisição pressupõe hipótese de iminente perigo público, a ocupação temporária, é instituída para apoiar obras e serviços públicos.

<p>PROVA A / 35ª QUESTÃO - PROVA B / 15ª QUESTÃO</p> <p>Assinale a alternativa INCORRETA:</p> <p>A. () A licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pela qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais, o exercício de uma atividade. Como exemplo pode ser citado a concessão de porte de arma de fogo de calibre permitido.</p> <p>B. () São aplicáveis na licitação, dentre outros, os princípios da adjudicação compulsória, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da impessoalidade.</p> <p>C. () São modalidades de licitação previstas na legislação nacional: convite, concurso, pregão e leilão.</p> <p>D. () Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Os recorrentes solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que existem duas alternativas incorretas, quais sejam: letras “A” e “C”, pois esta está incompleta ao dizer que as modalidades de licitação na legislação nacional são apenas o concurso, o convite, o pregão e o leilão..</p> <p>Com relação à argumentação dos candidatos, por eles, restou entendido que o rol mencionado na assertiva é taxativo, porém ao verificar o art. 22 Lei 8666/93 e a Lei 10520/02, verifica-se que as modalidades de licitação estão descritas na legislação supra, quais sejam: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão (pela Lei nº 8666/93) e pregão (pela Lei nº 10520/02), portanto, todas estas são modalidades de licitação.</p> <p>Na assertiva não existe expressões, como “somente”, “apenas”, que restringiriam a assertiva, pois seja, competia ao candidato conhecer todas as espécies (modalidades) de licitação, para marcar a assertiva, e como não é um rol taxativo, qualquer destas modalidades poderia ser pedida na assertiva, o que estaria correto.</p>
<p>PROVA A / 25ª QUESTÃO - PROVA C / 15ª QUESTÃO</p> <p>Acerca de nulidades, Coimbra Neves (2014) esclarece que “do texto da lei processual penal militar podem ser extraídos vetores para a aplicação do sistema das nulidades, os quais informam esse sistema e que devem ser conhecidos para a esmerada aplicação da lei adjetiva castrense. Esses vetores constituem-se em princípios enumerados pela doutrina, alguns de forma isolada, ou seja, cada vetor corresponderá a um princípio, outros de forma composta, quando um princípio será composto por dois ou mais dos vetores apresentados”.</p> <p>Acerca das disposições constantes no Código de Processo Penal Militar (CPPM), analise as afirmativas abaixo.</p> <p>I. A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Questiona o recorrente, em síntese, que o art. 509 do CPPM, ao cuidar da anulação, o fez tratando a não anulação como regra e a anulação como exceção, sendo tal exceção prevista na parte final do referido artigo.</p> <p>Razão não assiste ao candidato quando afirma ser a opção IV verdadeira.</p> <p>Observa-se que o enunciado foi taxativo e categórico ao afirmar que “a sentença proferida pelo Conselho de Justiça, especial ou permanente, com juiz militar irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo”.</p>

<p>consumar-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar o direito da parte.</p> <p>II. A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, devendo o mesmo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.</p> <p>III. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.</p> <p>IV. A sentença proferida pelo Conselho de Justiça, Especial ou Permanente, com juiz militar irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo.</p> <p>São INCORRETAS as assertivas:</p> <p>A. () I e IV, apenas.</p> <p>B. () II e III, apenas</p> <p>C. () II e IV, apenas.</p> <p>D. () Todas estão incorretas.</p>		<p>A opção está incorreta vez que, à luz do art. 509 do CPPM, tem cabimento a anulação do processo quando na composição do Conselho de Justiça houver juiz irregularmente investido, suspeito ou impedido, desde que o voto de tal juiz faça coro com a maioria.</p> <p>É preciso considerar o art. 509 do CPPM como um todo e a questão teve por fim exatamente aferir tal conhecimento junto aos candidatos.</p> <p>Não há, portanto, que se falar em anular a questão com fundamento do art. 509 do CPPM, como busca o candidato, haja vista encontrar o enunciado IV respaldo no mesmo art. 509 do CPPM que desconstitui os argumentos do candidato recorrente e dá validade à questão tal qual descrita na prova.</p>
<p>PROVA A / 38ª QUESTÃO - PROVA C / QUESTÃO 8</p> <p>Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, marque a alternativa INCORRETA:</p> <p>A. () Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.</p> <p>B. () Ninguém será privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.</p> <p>C. () No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.</p> <p>D. () Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Os recorrentes alegam que a alternativa “B”, dada pelo gabarito como incorreta, também está correta considerando que a falta da palavra “arbitrariamente” não torna a assertiva incorreta, uma vez que não desconfigura o sentido da frase, pois a regra é que ninguém poderá ser privado do seu direito de nacionalidade e nem de muda-la.</p> <p>Contudo, o art. 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê que “ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.</p> <p>Conforme alegado pelos recorrentes, realmente a regra é que ninguém será privado de sua nacionalidade, contudo há situações que podem levar à privação da nacionalidade legitimamente. E a questão afirma que ninguém será privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade, o que a torna incorreta.</p> <p>Assim, a comissão entende que as alegações não procedem e que o gabarito deve ser mantido.</p>

<p>PROVAS A, B e C / 1ª QUESTÃO</p> <p>Atente para as seguintes afirmativas:</p> <p>I. Ensinar hoje significa desenvolver as capacidades intelectuais, sociais e políticas dos alunos para o desenvolvimento humano deles, e isso deve ocorrer intramuros, dentro da realidade da escola.</p> <p>II. A interação dos alunos com o mundo digital e as redes sociais, por si só, já oferece condições para que eles superem a uniformidade dos conteúdos apresentados na escola.</p> <p>III. A escola deve se aproximar do mundo do aluno, com vistas a interferir na realidade dele e assim direcioná-lo para um futuro melhor.</p> <p>IV. Educar pessoas para o futuro significa desenvolver sua capacidade de lidar com a realidade atual de forma que contribuam para a transformação da vida em sociedade.</p> <p>V. O interacionismo valoriza os conhecimentos anteriores das pessoas e por isso o processo educativo se torna mais eficiente e eficaz para a realidade atual.</p> <p>Em relação ao texto, são CORRETAS as assertivas:</p> <p>A. () IV e V, apenas. B. () I, II e III, apenas. C. () I, IV e V, apenas. D. () III e IV, apenas.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Os recorrentes afirmam que a opção I é verdadeira e pedem pela alteração do gabarito para a letra “C”.</p> <p>Contudo, a opção I limita o meio de interatividade com o aluno ao ambiente escolar. A inserção do termo ‘apenas’, não altera o valor semântico da alternativa que permanece incorreta.</p> <p>Assim, o gabarito deve ser mantido.</p>
<p>PROVAS A, B e C / 3ª QUESTÃO</p> <p>De acordo com o 2º e 3º parágrafos do texto, é CORRETO afirmar que:</p> <p>A. () O aluno deve se preparar para o vestibular e ingresso em uma faculdade, e assim garantir seu futuro.</p> <p>B. () A aquisição de conhecimento é um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida.</p> <p>C. () O aprendizado deve ser construído a partir dos interesses da escola e do mundo atual.</p> <p>D. () A escola como transmissora de conhecimento tem a incumbência de desenvolver o senso crítico do aluno.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Os recorrentes solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que além da alternativa “B” responder ao enunciado, a alternativa “D” também está correta.</p> <p>Razão não assiste aos recorrentes. O 2º e 3º parágrafos comprovam que “Aprender deve ser o ponto de partida de qualquer pessoa que busca realização e sucesso numa sociedade cada vez mais exigente e dinâmica.” e “[...] o aprendizado é construído a partir da realidade do aluno [...]”. Já a alternativa “D” apresentada pelo recorrente como correta, está contradizendo tal assertiva, já que</p>

		<p>imputa à escola a construção do conhecimento.</p> <p>Assim, o gabarito deve ser mantido.</p>
<p>PROVAS A, B e C / 4ª QUESTÃO</p> <p>No período “O mundo digital e as redes sociais ganharam tanta relevância no processo de ensino a ponto de educadores passarem a atuar como mediadores, gerenciando conteúdos [...]”, os verbos “passaram a atuar” formam uma locução verbal. Considerando os períodos abaixo apresentados, marque a alternativa CORRETA em que os termos grifados formam também uma locução verbal:</p> <p>A. () Alunos e professores têm sido influenciados pelo mundo digital. B. () Havíamos estudado muito para o ENEM/2017. C. () Temos aprendido a lidar com a realidade do nosso cotidiano. D. () O professor está atuando como mediador nas redes sociais.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Os recorrentes pedem pela anulação da questão por haver locução verbal em todas as assertivas.</p> <p>Razão não assiste aos recorrentes. As locuções verbais são formadas por verbo auxiliar mais um verbo principal no infinitivo ou gerúndio. A única alternativa que atende o enunciado da questão é a letra “D”. Nas demais alternativas temos verbo auxiliar mais verbo principal no particípio, o que define os tempos compostos e não locução verbal.</p> <p>Assim, o gabarito deve ser mantido.</p>
<p>PROVAS A, B e C / 5ª QUESTÃO</p> <p>Observe as palavras destacadas nas orações abaixo e marque a alternativa CORRETA:</p> <p>“[...] as mudanças desse mundo vão nos levar e qual será o destino das próximas gerações.”</p> <p>“Aprender deve ser o ponto de partida de qualquer pessoa que busca realização [...]”.</p> <p>“O interacionismo valoriza a bagagem que cada indivíduo traz de seu cotidiano [...]”.</p> <p>De acordo com a Linguística, as palavras que reúnem vários significados são consideradas:</p> <p>A. () Homônimas. B. () Polissêmicas. C. () Sinônimas. D. () Antônimas.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>A recorrente alega que, conforme a bibliografia indicada pelo edital, não faz uma clara distinção entre as classificações de palavras homônimas e polissêmicas. Que, dessa forma é possível concluir que uma palavra polissêmica será necessariamente homônima, vez que possuem a mesma escrita, mesma pronúncia, mas significados diferentes.</p> <p>Contudo, para o autor indicado pelo edital, há uma conceituação separada e distintiva para os termos que compõem as alternativas da questão em lide, uma vez que não se tratam de termos que podem ser usados um pelo outro.</p> <p>Portanto a única alternativa correta é a letra “B”.</p>

<p>PROVA A - 11ª QUESTÃO</p> <p>Considerando o estabelecido no Código Penal Militar (CPM), Decreto-Lei n. 1.001/69, acerca do lugar do crime, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.</p> <p>I. Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.</p> <p>II. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.</p> <p>III. Aplica-se a teoria da atividade para os crimes comissivos e omissivos.</p> <p>IV. Aplica-se a teoria do resultado para os crimes comissivos e omissivos.</p> <p>Marque a alternativa CORRETA:</p> <p>A. () Somente as assertivas I, II e III estão corretas.</p> <p>B. () Somente as assertivas I e II estão corretas.</p> <p>C. () Somente as assertivas II e III estão corretas.</p> <p>D. () Somente as assertivas I e IV estão corretas.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>O recorrente solicita a alteração do gabarito da questão (da letra “B” para a letra “A”) ao argumento de que à assertiva “III aplica-se a teoria da atividade para os crimes comissivos e omissivos” também estaria correta, com base no art. 5º do CPM.</p> <p>Não há razão para acolhimento da tese apresentada pelo recorrente, uma vez que o enunciado da questão remete ao tema “lugar do crime”, e não ao “tempo do crime”, conforme quis fazer crer o candidato ao invocar o art. 5º do CPM.</p> <p>Verifica-se, então, patente incongruência entre o fundamento legal utilizado pelo candidato com a essência buscada pela questão.</p> <p>Quanto ao lugar do crime, o Código Penal Militar adotou, expressa e categoricamente, a teoria da atividade quanto aos crimes omissivos. Em relação aos crimes comissivos, na perspectiva de um raciocínio lógico pretendido pela questão, evidente a adoção, pelo CPM, da teoria mista (ou da ubiquidade), que é uma teoria autônoma em relação às outras duas (da atividade e do resultado), embora sejam correlatas.</p>
<p>PROVA B - 22ª QUESTÃO</p> <p>A Lei n. 7.716/89 define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Assim, marque a alternativa CORRETA que contém um crime descrito na referida lei:</p> <p>A. () Impedir o acesso ou recusar hospedagem em residência, hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.</p> <p>B. () Praticar, induzir, incitar ou planejar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.</p> <p>C. () Utilizar elementos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional como forma de ofensa à dignidade.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>A requerente solicita anulação da questão alegando, em síntese, que sob o ponto de vista da interpretação analógica a questão apresenta mais uma assertiva correta.</p> <p>O gabarito indica a letra “D” como correta por ser a exata transcrição do art. 10 da Lei nº 7716/89.</p>

D. () Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades.		As demais alternativas da questão estão em desacordo com a referida Lei.
---	--	--

Belo Horizonte, 01 de março de 2018.

**(a)CARLA CRISTINA MARAFELLI, TEN-CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**